



Os índios se reuniram com o procurador da República Delson Lyra

## Índios Karapotós podem ser despejados de suas terras

Os 754 índios da aldeia Karapotó, localizada no município de São Sebastião, podem ser expulsos da área desapropriada desde 1992 se a União não agilizar o pagamento da indenização ao proprietário da fazenda Taboado, maior área ocupada pelos índios. O alerta foi feito ontem à tarde pelo procurador dos Direitos do Cidadão, Delson Lyra, aos representantes da Funai, Advocacia da União, Cimi e líderes da aldeia, que participaram de uma reunião na Procuradoria Geral da República. Pela manhã, cerca de 50 índios Karapotó haviam ocupado a sede da Funai.

Apesar de a área ter sido desapropriada por decreto, em 92, o valor depositado pela União para indenizar os quase 30 proprietários foi considerado, pela Justiça Federal, inferior ao preço da terra, incluindo as benfeitorias. A União destinou, na época, apenas R\$ 560 mil, quando as terras valem hoje cerca de R\$ 2,7 milhões. Por falta de pagamento, o processo foi extinto, mas o governo recorreu para evitar a expulsão dos índios da área.

Dos 1.810 hectares ocupados pelos índios, 1.100 pertencem a um único proprietário, Luiz Coutinho, que ingres-

sou, este ano, na Justiça Federal, com ação de reintegração de posse. Apesar de dispor de R\$ 1 milhão 169 mil para pagar ao proprietário da área, a União precisa desistir do agravo impetrado para disponibilizar os R\$ 560 mil do processo extinto, para integrar o valor determinado neste processo, movido por Luiz Coutinho.

Na reunião de ontem, o procurador da República deixou claro haver a necessidade de entendimento para que o pagamento seja efetuado e a posse da terra passar a ser dos índios. "O entrave burocrático precisa ser sanado para que o pagamento seja feito. Caso contrário, o juiz pode julgar que a terra pertence ao proprietário, expulsando os índios daquela área. A União dispõe de recursos para indenizar também os outros proprietários, cujos valores são menores do que os de Luiz Coutinho", argumentou.

Funcionando como mediador entre as partes, Lyra acredita que a Funai providenciará os recursos, e a Procuradoria Geral da União desistirá do recurso do processo, dispondo o dinheiro para complementar o pagamento da indenização da maior área ocupada pelos Karapotós.